

**A potência feminista em textos da marca *Capricho******The feminist potency in texts of the brand Capricho***Kauara Oliveira BORIM<sup>1</sup>Ana Paula Veloso Silveira Teodoro RODARTE<sup>2</sup>**Resumo**

Este artigo busca investigar como a marca *Capricho*, a partir da produção jornalística de seu *site* pautada no feminismo, pode contribuir na construção do pensamento crítico de suas leitoras sobre o tema. Para tal, aborda o movimento feminista e suas lutas, bem como o feminismo no contexto brasileiro. Através da Análise de Conteúdo, foram examinadas 50 matérias publicadas e assinaladas com a *tag* “Feminismo” em março, mês em que é comemorado o Dia Internacional da Mulher, nos anos de 2017, 2018 e 2019. Como resultado, indica-se que o conteúdo da marca potencialmente pode contribuir para o conhecimento e reflexão acerca do assunto. Por outro lado, ao utilizar de forma indiscriminada a *tag* analisada, vários textos exibem discussões rasas e que prejudicam a qualidade das informações.

**Palavras-chave:** *Capricho*. Feminismo. Jornalismo. Ambiente digital.

**Abstract**

This article seeks to investigate how the brand *Capricho*, through its website journalistic production based on Feminism was able to contribute in the construction of the critical thinking of their female readers. To this end, it addresses the feminist movement and its struggles, as well as feminism in the Brazilian context. Through Content Analysis, 50 subjects registered and signaled with the tag “Feminism” were examined in March, the month in which International Women's Day is celebrated, revolving the years of 2017, 2018 and 2019. As a result, it points out that the brand content can potentially contribute to acknowledgement and reflection on the subject. On the other hand, by indiscriminate use of the analyzed tag, many texts exhibit shallow discussions that end up harming the quality of the information.

**Keywords:** *Capricho*. Feminism. Journalism. Digital environment.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Jornalismo pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Integrante do Grupo de Estudos Feminista da UEMG, unidade Passos. E-mail: kauaraborim@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: anavrodarte@hotmail.com

## Introdução

A princípio recomendada para maiores de 18 anos e atualmente direcionada a adolescentes, a revista *Capricho* percorreu um longo processo de mais de 60 anos de revisões e adaptações em seu conteúdo, que por sua vez moldou – e foi delineado por – seu público. Hoje, não se configura mais como revista, mas uma marca que, através de seu *site*, produz matérias jornalísticas que carregam o estilo outrora usado no magazine. Suas publicações caminham por um viés feminino/feminista e colocam em pauta, além de temas relacionados à moda, beleza e comportamento, assuntos importantes como, por exemplo, representatividade e relações sociais e de gênero.

A modernização das formas de comunicação proporcionada pelo ambiente digital revelou, ainda mais, os vínculos e trocas entre os veículos e suas leitoras, sobretudo, com o mundo *teen* (LUCA, 2013). *Capricho* aproveitou deste cenário ao criar o seu *site* que, no decorrer dos anos, se expandiu para outras plataformas como o *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *YouTube*<sup>3</sup> e se tornou o principal dispositivo da marca<sup>4</sup>. A página virtual, segundo o *Capricho Mídia Kit 2020*, é a maior do segmento jovem da América da América Latina, com 6,5 milhões de visitantes, e tem como público, em sua maioria, meninas entre 13 e 17 anos.

O alcance da *Capricho* reflete a potencialidade das redes e revela que a marca conhece suas leitoras – seus gostos e interesses –, o que permite a divulgação de conteúdos que abordem temáticas caras a essas garotas, entre elas o feminismo. Muitas de suas matérias reverberam e discutem as lutas do movimento feminista, como o fim da desigualdade salarial, a não culpabilização das vítimas e a invisibilidade de gênero. Ao tratar sobre a ação feminista para um público jovem, *Capricho* abre espaço para que as adolescentes se informem e interpretem esses textos, seja por meio da desconstrução do pensamento repercutido pela marca ou através da reafirmação de tal concepção.

---

<sup>3</sup> De acordo com os dados do *Capricho Mídia Kit 2020*, a marca possui atualmente 4,1 milhões de seguidores no *Instagram*, 2,7 milhões no *Twitter*, 1,5 milhões no *YouTube* e 6,6 milhões no *Facebook*. Disponível em: <http://publiabril.abril.com.br/marcas/capricho> Acesso em: 29 abr. 2020.

<sup>4</sup> Em junho de 2015, a *Editora Abril* anunciou a reestruturação e a venda de alguns de seus magazines, apontando o fim da circulação impressa da revista *Capricho* e mantendo a marca apenas no ambiente digital. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/abril-vende-revistas-voce-sa-contigo-e-placar-para-a-caras-d96r8uv1fmw3yic2q62y1u256/> Acesso em: 26 fev. 2020.

A partir desse contexto, o presente artigo busca refletir e analisar acerca da relação entre o feminismo e a *Capricho*, tendo em vista o jornalismo produzido em seu *site* e sua possível participação na construção do pensamento crítico de suas leitoras. Dentre as inquietações do trabalho, sobressai o papel social da marca e a responsabilidade de se escrever para um público adolescente e feminino, uma vez que elas, sendo mulheres, sofrem e sofrerão as implicações decorrentes do machismo culturalmente presente ainda hoje na sociedade patriarcal. Para o estudo, foram selecionadas como *corpus* de análise as publicações dos meses de março de 2017, março de 2018 e março de 2019 e marcadas pela *tag* “Feminismo”. Tal escolha se deve ao fato que nesse mês é comemorado o Dia Internacional da Mulher – 8 de março – que representa historicamente, em todo o mundo, um dia de luta das mulheres em nome de seus direitos, marcado por reivindicações e protestos.

### **Breves apontamentos acerca do feminismo**

As primeiras manifestações de cunho feminista surgiram no século XVIII, em meio a uma série de mobilizações que buscavam por mudanças sociais, tanto no âmbito econômico quanto cultural. Mulheres que participaram lado a lado aos homens nessas revoluções não viram os direitos conquistados se estendendo a elas e, nesse momento, surgiram as primeiras ações políticas organizadas em busca dos direitos femininos (ALVES; PITANGUY, 2017). O fato é que, social e historicamente, as mulheres foram silenciadas e, diante disso, se uniram em nome de suas reivindicações e objetivos.

Ao longo do século XIX, as mulheres se organizaram em nome de um dos mais conhecidos atos políticos do movimento feminista, a luta pelo sufrágio feminino (ALVES; PITANGUY, 2017). Essa movimentação tinha como base o direito delas votarem e serem votadas; concomitantemente, elas buscavam alcançar direitos relacionados à cidadania, acesso aos estudos e profissões, assim como exigências relativas à disposição da esfera doméstica (LOURO, 1997). De acordo com Louro (1997, p.15), “com uma amplitude inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais), o sufragismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a ‘primeira onda’ do feminismo”.

Após essas conquistas, a história percorreu um período turbulento envolvendo a segunda grande guerra e a luta por igualdade entre os gêneros se misturou às

necessidades econômicas. O mercado de trabalho se abriu para as mulheres que precisavam ocupar os postos dos homens que saíram para a batalha, mas, posteriormente, com a volta da força de trabalho masculina, a desvalorização delas se intensificou, tal como a reafirmação de que elas deveriam ocupar o espaço privado. Apesar de não sustentar o protagonismo, a ação feminina se manteve em algumas vozes que começaram a ver a socialização da mulher num contexto amplo e marcado por atribuições sociais (ALVES; PITANGUY, 2017).

A partir da década de 1960, o mundo foi tomado por uma “[...] efervescência social e política, de contestação e de transformação” (LOURO, 1997, p.16), e os ideais do feminismo ressurgiram no que é chamada de a “segunda onda”. Alves e Pitanguy (2017)<sup>5</sup> explicam que, naquele momento, se “[...] incorpora, portanto, outras frentes de luta, pois, além das reivindicações voltadas para a desigualdade no exercício de direitos – políticos, trabalhistas, civis –, questiona também as raízes culturais destas desigualdades”. A ideia de papéis pré-determinados por natureza que organizavam, até então, as funções sociais e colocavam as mulheres em condição de opressão passaram a ser contrariadas e entendeu-se que essa ideologia, na verdade, se baseia na relação de poder entre os sexos construída socialmente. O feminismo definiu, dessa forma, o sexo como político e retirou da neutralidade os espaços individuais ao determinar a subjetividade desta opressão em questão (ALVES; PITANGUY, 2017). Para Piscitelli (2009), essa abordagem

[...] é fundamental, pois a ideia subjacente é a de que o que é construído – ao não ser natural, inato, fixo – pode ser modificado [...]. Por esse motivo, o pensamento feminista da segunda onda colocou reivindicações voltadas para a igualdade no exercício dos direitos, questionando, ao mesmo tempo, as raízes culturais dessas desigualdades (PISCITELLI, 2009, p.133).

Organizadas em outras frentes, as feministas, nessa época, articularam acerca da importância da liberdade sexual e do próprio corpo. De acordo com Silveira (2014, p. 166), “o feminismo avançou para além dos direitos legais para as mulheres, e foi alargando a concepção de direitos para os espaços privados”, o que possibilitou a inclusão de pautas como o prazer sexual, o uso da pílula (SILVEIRA, 2014) e a descriminalização do aborto. Houve, desta forma, maior participação social das

---

<sup>5</sup> *E-book* (não paginado).

mulheres, reverberando na inserção delas em diferentes espaços, incluindo o ambiente acadêmico, seja como participantes e/ou através dos chamados “estudos da mulher” (LOURO, 1997, p.16).

O movimento de mulheres, nos anos 1970, repercutiu as novas demandas daquele cenário e discutiu acerca das políticas identitárias. A concepção de uma mulher universal, marcada por características que excluía, por exemplo, mulheres não brancas e não heterossexuais, é posta à parte ao incorporar a percepção de múltiplas mulheres e a necessidade de denunciar o silenciamento e as opressões sofridos por elas, como é o caso das mulheres negras e das mulheres trans. Através desse pensamento, as décadas de 1980 e 1990 são particularizadas pela incorporação de diferentes feminismos que evidenciavam a vivência pessoal das mulheres – ou grupos delas –, cada qual com suas especificidades (ALVES; PITANGUY, 2017).

A terceira onda do feminismo consiste no debate organizado atualmente que compreende o machismo como consequência de um processo histórico, uma experiência coletiva e, portanto, sustenta que há meios de luta para que este seja combatido e superado (ALVES; PITANGUY, 2017). O feminismo hoje estende a discussão acerca da opressão subjetiva e “[...] denuncia a manipulação do corpo da mulher e a violência a que é submetido, tanto aquela que se atualiza na agressão física – espancamentos, estupro, assassinatos – quanto a que o coisifica enquanto objeto de consumo” (ALVES; PITANGUY, 2017)<sup>6</sup>. Essa discussão também se expande para o reconhecimento de outras formas de violência para além da violência física, como a violência psicológica, moral, simbólica.

Ademais, o movimento feminista contemporâneo é marcado por coletivos, marchas e protestos, produtos midiáticos, bem como pelo ativismo nas redes, o que permite a sua maior visibilidade e mobilização. Conforme Costa (2018)<sup>7</sup>, “nunca as táticas e a militância das mulheres foram tão potencializadas e produziram reações e alianças na escala que se vê hoje”, favorecendo a ampliação da agenda feminista. O ambiente virtual além de possibilitar que as mulheres compartilhem experiências, criem laços solidários, debatam e protestem, sejam produtoras e consumidoras, tenham acesso a livros e autores, viabiliza o surgimento da nova geração de jovens feministas.

---

<sup>6</sup> *E-book* (não paginado).

<sup>7</sup> *E-book* (não paginado).

## O feminismo no Brasil

No Brasil, como na Europa e nos Estados Unidos, o feminismo se desenvolveu em fases, sendo a primeira voltada para a luta das mulheres pelos direitos políticos e o sufrágio. Algumas brasileiras buscavam o direito ao voto desde o final do século XIX, porém, à época, não eram consideradas indivíduos dotados de direitos e não foram, ao menos, citadas na Constituição de 1891 (PINTO, 2003). Os argumentos contrários ao voto feminino eram diversos, alguns alegavam que a participação da mulher afetaria a estrutura familiar e colocaria em perigo a sensibilidade feminina, outros destacavam que elas não eram impelidas a participar do serviço militar. (MARQUES, 2019).

Após esse episódio e pequenas mudanças no cenário social, principalmente a partir da década de 1910, pouco a pouco vozes femininas surgiram na tentativa de exigir e protestar contra as opressões sofridas. A maioria dessas vozes era de mulheres com títulos universitários e vindas de famílias de classes altas, mas Pinto (2003, p. 17) reforça que “não havia nessas famílias condutas éticas diversas ou formas alternativas de pensar o papel da mulher, mas um ambiente distinto que possibilitou às filhas o acesso ao mundo culto da leitura e a valorização da educação”.

Segundo Teles (1999, p.44), “a década de 20 foi privilegiada no que diz respeito às lutas e propostas de mudança”, era um período de conflito com aspectos da organização política nacional vigente. No ano de 1922, acontecimentos como a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista do Brasil e o I Congresso Internacional Feminista, no Rio de Janeiro, demonstram isso (PINTO, 2003). As ideias em defesa dos direitos das mulheres se espalharam pelo país, no entanto, era um movimento elitista e “[...] um feminismo bem-comportado” (PINTO, 2003, p. 26) uma vez que não se opunha ao sistema patriarcal como um todo.

Em 1932, com a elaboração de um novo Código Eleitoral, as mulheres adquiriram direitos políticos, podendo votar e ser votadas (PINTO, 2003). Pequenas ações a favor delas continuaram a existir, mas sem tanta força acabaram perdendo seu protagonismo. Nas décadas seguintes, o movimento de mulheres se manteve e suas manifestações estavam presentes tanto na classe média quanto nas camadas mais populares, no entanto, não se questionava a condição da mulher na sociedade, mas sim, buscava melhorias para a situação de dona-de-casa, esposa e mãe (PINTO, 2003).

Aceitava-se o exercício de certas atividades como mais adequadas à mulher por significarem uma “extensão de suas funções maternas” – ideologia que continuava a reproduzir a concepção acerca da inclinação de cada sexo para tarefas compatíveis com a sua “natureza” [...] Mantinha-se, dessa forma, em grande medida, a força das ideias que impunham a divisão das atribuições entre mulheres e homens, comprometendo a total emancipação feminina. Enfim, a conquista de novos direitos de participação na política não implicava uma reformulação no âmbito das obrigações familiares distintas para mulheres e homens: às mulheres ainda cabia a responsabilidade total pelas atividades domésticas e pela socialização dos filhos na primeira infância (SOIHET, 2013)<sup>8</sup>.

A partir da década de 1960, inspirado, mais uma vez, pelas manifestações da Europa e dos Estados Unidos, que viviam um momento de revoluções culturais e políticas, o novo feminismo chegou ao Brasil, que, ao contrário, se encontrava em um cenário específico de polarização política que se agravou com a Ditadura Militar instituída em 1964 (PINTO, 2003). De acordo com Pinto (2003, p. 43), “tínhamos, portanto, na Europa e nos Estados Unidos, cenários de grande efervescência política, de revolução de costumes, de radical renovação cultural, enquanto no Brasil, o clima era de ditadura militar, repressão e morte”. Esse contexto em que nasce o feminismo brasileiro é fundamental para explicar suas características e formas de atuação e seu desenvolvimento até os dias atuais.

O movimento enfrentou as barreiras decorrentes da Ditadura, que impedia manifestações políticas e perseguia aqueles que se opunham, o que levou à prisão e exílio de muitas líderes mulheres. Em outros países, elas ingressaram e atuaram em coletivos feministas, nos quais puderam vivenciar a troca de conhecimento, os laços solidários e a compreensão delas enquanto sujeito (PEDRO, 2013). Desse modo, os primeiros grupos feministas brasileiros surgiram em 1972 em São Paulo e no Rio de Janeiro, e tinham caráter informal e privado. Além disso, havia a tentativa de se impor como movimento autônomo ao mesmo tempo em que tinha ligação direta à luta contra a ditadura militar no país, no qual era visto como uma questão secundária (PINTO, 2003).

Nesses grupos e redes de apoio também eram discutidas questões relacionadas à liberdade sexual, menstruação, gravidez e aborto. Conforme Pedro (2013)<sup>9</sup>, “com a existência da pílula, o prazer das mulheres nas relações sexuais tornou-se uma questão

---

<sup>8</sup> *E-book* (não paginado).

<sup>9</sup> *E-book* (não paginado).

ainda mais importante. O medicamento [...] levou-as a se preocupar cada vez mais com que seu desejo fosse levado em consideração na relação sexual”. Assim, ao longo de 1970 e 1980, aos poucos, o debate feminista se expandiu para outras esferas, promovendo a criação de jornais e revistas que traziam em suas páginas a palavra “feminismo” estampada, o que, para a época, evidenciou os avanços das ideias feministas no Brasil (TELES, 1999).

Com a redemocratização do país e o fim da Ditadura Militar, em 1985, a divisão das feministas que viam o movimento como autônomo ou secundário se manteve e influenciou politicamente. O feminismo foi partidarizado e institucionalizado e novos temas foram agregados à luta das mulheres como, por exemplo, relativos à violência e à saúde. Houve também a profissionalização do movimento, através de Organizações Não Governamentais (ONGs), que surgiram para atuar em defesa dos direitos das mulheres nas mais diversas áreas (PINTO, 2003).

A partir da década de 1990, ocorre o que Pinto (2003) chama de “esmaecimento do feminismo” enquanto movimento com fortes associações e manifestações públicas. Entretanto, houve um aumento na propagação de pensamentos feministas dissociados do feminismo em si e a incorporação das demandas dos movimentos sociais pelos discursos políticos – tanto àqueles em defesa do direito das mulheres, quanto de outras minorias. Após a virada do século, o movimento no Brasil, do mesmo modo que em outros países, é marcado por uma ação feminista que ganha força através da internet, apresentando demandas e formas de atuação concretas, e com grande alcance. Desta forma, as mulheres descobrem e exploram, diariamente, novos modos de participação na sociedade, sempre conscientes de que as conquistas apesar de importantes, ainda são poucas perante todas as lutas para a emancipação feminina.

### **Caminho metodológico e resultado da análise**

O processo de análise das publicações do *site* da *Capricho* foi realizado através da Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (1977) que, segundo a autora, é um conjunto de técnicas que permite analisar as condições de produção e recepção das mensagens. Tendo como *corpus* de pesquisa as publicações dos meses de março de

2017, março de 2018 e março de 2019, marcadas no *site* pela *tag*<sup>10</sup> ‘Feminismo’, somaram-se 51 matérias, sendo uma, de 2019, um *link* de redirecionamento para outro *site*, que não foi considerado para a análise.

Para compreender melhor o método utilizado, é necessário atentar-se a definição trazida por Romeu Gomes (2009), na qual ele afirma que este se propõe a investigar “[...] o que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (GOMES, 2009, p.84). Para tanto, a análise seguiu critérios específicos que se dividem em cinco etapas, sendo elas: (a) decomposição do material a ser analisado; (b) divisão em categorias; (c) descrição dos resultados da etapa b; (d) inferências dos resultados e, por fim, (e) interpretação do resultado das etapas anteriores, baseando-se na fundamentação teórica (GOMES, 2009, p.88).

Num primeiro momento, com a decomposição desse material, constatou-se que, em março de 2017, apenas uma matéria foi sinalizada com a *tag*, saltando para 22 matérias em março de 2018 e 27 em março de 2019. Assim, foi feita a leitura individual de cada uma destas matérias e o mapeamento, separando-as por ano, título e jornalista que as escreveu, *tags* utilizadas e demais elementos. Os textos, em sua maioria, fazem parte da editoria de comportamento do *site*, chamada de *Vida Real*, tendo como jornalistas responsáveis Isabella Otto e Amanda Oliveira.

Desta forma, o *corpus* foi observado e classificado – tendo como base as autoras estudadas ao longo da fundamentação teórica – em dois grupos: 1) “Aprofundam sobre feminismo” e 2) “Não aprofundam sobre feminismo”. Para especificar-se dentre aquelas que “aprofundam”, o conteúdo da matéria, de maneira geral, deveria trazer o feminismo fundamentando-se nos ideais teóricos e políticos do movimento, de maneira que, mesmo sem trabalhá-los diretamente, colocassem as problemáticas da mulher na sociedade como ponto central do texto e construísse caminhos para que as leitoras entendessem tais questões como parte da realidade em que vivem. Aqueles que “não aprofundam”, na maioria das vezes, entraram na categoria ‘Feminismo’ por ter curta aproximação com o tema como, por exemplo, famosos que citam brevemente o feminismo em seus discursos, notícias de violência contra a mulher que apenas narram o acontecido e não trazem o feminismo como movimento de ação efetiva no combate à agressão, entre outras.

---

<sup>10</sup> Espaço virtual em que são agrupadas todas as publicações referentes ao tema.

Das 50 matérias, 25 se enquadram na primeira categoria e 25 na segunda, porém, considerando o período de cada uma delas, observa-se que a única publicação de 2017 não aprofundou acerca do tema, já em 2018, das 22 matérias, apenas nove aprofundaram, enquanto em 2019, as que aprofundaram passaram a ser 16 das 27 matérias com a *tag*. Houve, portanto, ao longo dos anos considerados, não só um aumento das publicações relativas ao tema, como também uma maior dedicação da *Capricho* ao retratar o feminismo dentro de seu jornalismo. Ainda assim, o número de *posts* marcados com ‘Feminismo’ que não o traz, de fato, junto ao seu conteúdo é grande e algumas questões devem ser consideradas.

É possível destacar, dentre as matérias que se enquadram na segunda categoria, o texto *Jovem é ofendida por homens em avião por causa de roupa*<sup>11</sup>, escrita por Isabella Otto, que é uma das publicações marcadas com a *tag* em março de 2019. A matéria em questão relata o caso de uma mulher abordada por ter sua roupa considerada inapropriada para realizar uma viagem de avião. A publicação, no entanto, não aponta em nenhum momento porque esse acontecimento se conecta ao feminismo e, apesar da jornalista afirmar ser algo desagradável, não sugere problematizações acerca da situação ou das ofensas recebidas pela jovem. Dessa forma, não há justificativa visível para relacioná-la ao feminismo, ainda que a liberdade da mulher e a objetificação do corpo pudessem ter sido exploradas neste contexto.

Algumas publicações trazem o feminismo como pauta principal ao falar sobre o movimento historicamente ou apresentar conceitos importantes, mas falham ao adotar uma abordagem rasa, como em *Blog da Galera: precisamos colocar a sororidade em prática*<sup>12</sup>, publicada em 02 de março de 2018, que apenas pontua diversas problemáticas, sem aprofundá-las ou conectá-las sem causar reflexão, por exemplo, quando diz “Temos que nos proteger, não só das agressões físicas, mas também de agressões verbais”, ou ao repetir que é necessária a união entre mulheres, em ambos os casos, sem sugerir como isso poderia ser feito. Por isto, o modo como o texto foi escrito aproxima-se muito mais de um desabafo informal de quem a escreveu e não propõe uma ação ou mudança efetiva.

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/vida-real/jovem-e-ofendida-por-homens-em-aviao-por-causa-de-roupa-mulher-patetica/> Acesso em: 12 fev. 2020.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/vida-real/blog-da-galera-precisamos-colocar-a-sororidade-em-pratica/> Acesso em: 12 fev. 2020.

Diferentemente, em *8 dicas para praticar a sororidade de forma simples no dia a dia*<sup>13</sup>, publicada poucos dias depois, em 17 de março de 2018, as mesmas questões são levantadas, porém, a problematização em relação a como a sociedade trata as mulheres é feita de modo mais estruturado ao afirmar que esta “ainda não nos recebe de maneira igual” e são propostas oito atitudes, ainda que simples, mas concretas, para que possam ser facilmente entendidas e reproduzidas pelas leitoras. Uma vez observados tais pontos, vale ressaltar que as duas matérias se complementam, pois, a primeira, apesar de não aprofundar, introduz o conceito de sororidade e a segunda apresenta formas de aplicá-lo no cotidiano. Logo, e por terem sido publicadas em um curto espaço de tempo, a *Capricho* teria como opção unificá-las e oferecer um conteúdo mais completo e dinâmico para suas leitoras enquanto fortaleceria do mesmo modo o compromisso que pretende assumir com o feminismo, o colocando em suas pautas.

Apesar de utilizar de uma linguagem simples, além de gírias e expressões que constroem e consolidam a relação direta entre a marca e as adolescentes que a consomem, as postagens a respeito do feminismo perpassam por diversos assuntos e temas polêmicos. *Taxas de aborto caem em países em que a interrupção foi legalizada*<sup>14</sup> é uma matéria de 2018 que traz o aborto como assunto principal. A jornalista Amanda Oliveira, no próprio texto, reconhece a polêmica de propor um debate acerca do tema, no entanto, o faz. A legalização do aborto é uma luta recorrente na frente feminista que defende a autonomia da mulher sobre seu corpo e suas escolhas. Considerando isso, na matéria são expostos dados que comprovam o que é afirmado na manchete, é contextualizado o cenário do Brasil e da América Latina em relação à interrupção da gravidez e os riscos de se fazer um aborto inseguro, como alerta para as leitoras, o que demonstra também que há a responsabilidade necessária para tratar o assunto. A forma como o texto é escrito encaminha à ideia principal, que é colocada pela jornalista em um trecho no qual ela afirma, “Os países com os maiores números de abortos são os que têm a prática proibida por lei. Isso mostra que criminalizar a prática não faz com que ela deixe de acontecer”. Por fim, ainda é questionado à leitora qual a

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/vida-real/8-dicas-para-praticar-a-sororidade-de-forma-simples-no-dia-a-dia/> Acesso em: 28 fev. 2020.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/vida-real/taxas-de-aborto-caem-em-paises-em-que-a-interruptao-foi-legalizada/> Acesso em: 31 fev. 2020.

opinião dela acerca do assunto e proposto uma conversa com as amigas, desse modo, as estimula a pensar sobre o tema e ainda ampliar o alcance da discussão.

Num outro contexto, em *Quem foi Marielle Franco e quais eram as lutas da vereadora*<sup>15</sup>, publicada em 15 de março de 2018, um dia após a morte da então vereadora da cidade do Rio de Janeiro, a jornalista Isabella Otto busca apresentá-la àqueles que ainda não a conheciam. A matéria traz a biografia de Marielle, incluindo aspectos de sua vida pessoal, mas aponta, principalmente, sua atuação como ativista e através disso, explica porque seu assassinato é significativo. Aprofunda sobre feminismo uma vez que as lutas da vereadora eram ligadas ao movimento e, durante o texto, conforme suas ações de luta são apresentadas e explicadas, é reforçada da mesma forma a importância de cada uma delas e, além disso, ao final, há um vídeo em que Marielle Franco discorre a respeito dos direitos humanos e sua trajetória de luta com as mulheres. Contudo, logo na primeira linha há um erro ao escrever ‘Marielle Santos’, em uma matéria que busca contar a história e fazer jus ao legado da ativista, há de se observar que este erro contradiz a intenção da pauta de apresentá-la e homenageá-la.

Dentre as matérias da primeira categoria – “Aprofundam sobre feminismo” – nota-se que no período observado do ano de 2019, comparado aos períodos de 2017 e 2018, houve um aumento nas que trazem o feminismo sob uma perspectiva mais política, propondo formas de se obter conhecimento teórico, como ao recomendar livros e produções audiovisuais sobre o movimento. A título de exemplo, o texto *11 documentários feministas para assistir enquanto foge do carnaval*<sup>16</sup> publicado em 02 de março de 2019, por Isabella Otto, traz, dentre os assuntos abordados nas obras sugeridas, menstruação, casos de violência e machismo, história do feminismo, ações e mulheres importantes para o movimento.

Observados os exemplos anteriores, juntamente às demais matérias analisadas, percebe-se que, apesar da existência da segunda categoria, as publicações que se enquadram em “Aprofundam sobre feminismo” demonstram interesse em levar às leitoras ideais e conceitos do feminismo. E a credibilidade da marca perante aquelas que a consomem, do mesmo modo que a abordagem do assunto em seu *site*, quando feita de

---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/vida-real/quem-foi-marielle-franco-e-quais-eram-as-lutas-da-vereadora/> Acesso em: 28 fev. 2020.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/vida-real/11-documentarios-feministas-para-assistir-enquanto-foge-do-carnaval/> Acesso em: 12 fev. 2020.

modo aprofundado, assume grande importância. Para mais, o aumento de publicações dessa categoria com o passar dos anos é um ponto positivo para o veículo.

No entanto, se a *Capricho* deseja, de fato, assumir um compromisso com o feminismo e fazer de seu jornalismo ponte entre suas leitoras e o movimento, necessita atentar-se às problematizações aqui levantadas. A quantidade de matérias na segunda categoria – “Não aprofundam sobre feminismo” – é notável (25 textos), enquanto esta não deveria sequer existir, uma vez que vende a imagem do feminismo sem o promover, além de conter erros que prejudicam a qualidade ou veracidade dos assuntos abordados e que devem ser evitados de maneira ainda mais rigorosa. Uma alternativa seria reduzir a quantidade de *posts* marcados com ‘Feminismo’ em detrimento da qualidade destes, visto que, como apontado anteriormente, algumas matérias dessa categoria complementam de maneira positiva as da primeira categoria, e até mesmo poderiam ser melhor trabalhadas caso mantidas apenas as de maior relevância, levando em consideração que a análise se baseia no conteúdo publicado no *site* como um todo.

### Considerações finais

A *Capricho*, originada na década de 1950 (SCALZO, 2011), se desenvolveu e ganhou o público feminino paralelamente à boa parte da história do feminismo no Brasil e, por isto, ela e o movimento se encontram em muitos momentos. Atualmente, a marca tem a preocupação de abordar, em sua produção *online*, conteúdos que podem levantar o debate sobre o movimento feminista e fomentar o pensamento crítico entre suas leitoras. Esses conteúdos, em diversas questões, aprofundam acerca do tema e estimulam a pensar as problemáticas da mulher na sociedade a partir de acontecimentos da realidade e, também, ao promover a discussão para além das páginas virtuais as quais as publicações da marca ocupam.

Ainda que os problemas aqui apontados existam, sejam recorrentes e devam ser considerados, estes não impedem que *Capricho* introduza a discussão entre suas leitoras e sirva de fonte de informação sobre o feminismo para o público adolescente feminino. O jornalismo da marca possui uma condição importante a ser apreciada, pois este se encontra hoje no ambiente digital, o que possibilita um acesso fácil, rápido e sem custo, permitindo ainda mais proximidade. Essa relação foi o ponto principal que trouxe ao

questionamento explorado neste trabalho, que buscou entender, sobretudo, o papel social da marca, bem como sua responsabilidade para com aquelas que a acompanham.

## Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo?** Tatuapé: Brasiliense, 2017. *E-book*.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

COSTA, Cristiane. Rede. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. *E-book*.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUCA, Tania Regina de. Mulher em revista. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. *E-book*.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. *E-book*.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In*: ALMEIDA, Heloisa Buarque; SZWAKO, José Eduardo (Org.) **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVEIRA, Maria Lucia da. Apontamentos para uma trajetória teórica do feminismo. **Revista Comunicare – Dossiê Feminismo**, São Paulo, v.14, n.1, 2014.

SOIHET, Raquel. A conquista do espaço público. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. *E-book*.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.